

Acórdão: 5.708/23/CE Rito: Sumário  
PTA/AI: 01.002189137-86  
Recurso de Revisão: 40.060156039-67  
Recorrente: 2ª Câmara de Julgamento  
Recorrido: Santa Felicidade Indústria e Comércio de Bebidas Ltda., João Strappazzon, Real Comércio de Miudezas Ltda  
Proc. S. Passivo: Carolina Soares Pires/Outro(s)  
Origem: DF/Extrema

**EMENTA**

**RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - DESTINATÁRIO – COOBRIGADO.** Caracterizada a responsabilidade da Coobrigada Real Comercio de Miudezas Ltda, pelo ICMS/ST não recolhido antecipadamente, nos termos da legislação em vigor. Reformada a decisão anterior.

**RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA - SÓCIO - COMPROVAÇÃO DO PODER DE GERÊNCIA - CORRETA A ELEIÇÃO.** O sócio-administrador responde pelos créditos correspondentes às obrigações tributárias decorrentes de atos praticados com excesso de poder ou infração de lei, contrato social ou estatuto, por força do art. 135, inciso III do CTN e art. 21, § 2º, inciso II da Lei nº 6.763/75. Matéria não objeto de recurso.

**SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - FALTA DE RECOLHIMENTO DE ICMS/ST - PROTOCOLO/CONVÊNIO.** Constatada a falta de recolhimento de ICMS/ST, devido pela Autuada, estabelecida no estado do Paraná, que por força do Protocolo ICMS nº 103/12, está obrigada a reter e recolher o ICMS/ST na saída de (vinhos de origem nacional) para contribuintes deste estado, na condição de substituta tributária. Infração caracterizada. Corretas as exigências fiscais de ICMS/ST, Multa de Revalidação capitulada no art. 56, inciso II c/c § 2º, incisos I e II da Lei nº 6.763/75. Matéria não objeto de recurso.

**SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - FALTA DE RECOLHIMENTO DE ICMS/ST - FUNDO DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA (FEM).** Constatado que a Autuada não recolheu o ICMS/ST relativo ao Fundo de Erradicação da Miséria - FEM (adicional de dois pontos percentuais na alíquota do imposto), nos termos do art. 12-A, inciso I da Lei nº 6.763/75 e art. 2º e art. 3º, inciso I, alínea “a”, ambos do Decreto nº 46.927/15. Corretas as exigências do ICMS/ST relativo ao FEM e da Multa de Revalidação capitulada no art. 56, inciso II c/c § 2º, incisos I e II da Lei nº 6.763/75. Matéria não objeto de recurso.

Recurso de Revisão conhecido à unanimidade e provido pelo voto de qualidade.

**RELATÓRIO**

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A autuação versa sobre a falta de recolhimento do ICMS retido, relativamente a mercadorias sujeitas à substituição tributária, cujo recolhimento antecipado é obrigatório por força do protocolo ICMS nº 103/12, no período de 01/05/17 a 31/05/17.

Apurou-se ainda, a falta de recolhimento relativo ao Fundo de Erradicação da Miséria - FEM (adicional de dois pontos percentuais na alíquota do imposto), nos termos do art. 12-A, inciso I da Lei nº 6.763/75 e art. 2º e art. 3º, inciso I, alínea “a”, ambos do Decreto nº 46.927/15.

Exigências de ICMS/ST e da Multa de Revalidação capitulada no art. 56, inciso II c/c § 2º, incisos I e II da Lei nº 6.763/75.

Registra-se ademais que foram incluídos no polo passivo da obrigação tributária como Coobrigados:

- Real Comércio de Miudezas Ltda., destinatária das mercadorias, nos termos do art. 15, § 1º do Anexo XV do RICM/02;

- João Strappazon, sócio-administrador da empresa Autuada, nos termos do art. 135, inciso III do Código Tributário Nacional e art. 21, § 2º, inciso II da Lei nº 6.763/75.

A 2ª Câmara de Julgamento, em decisão consubstanciada no Acórdão nº 23.380/23/2ª, julgou parcialmente procedente o lançamento, para excluir a responsabilidade do Coobrigado Real Comércio de Miudezas Ltda. Vencidos, em parte, os Conselheiros Wertson Brasil de Souza (Revisor) e Ivana Maria de Almeida, que o julgavam procedente. Conforme art. 163, § 2º do RPTA, esta decisão estará sujeita a Recurso de Revisão, interposto de ofício pela Câmara, ressalvado o disposto no § 4º do mesmo artigo.

Mediante declaração na decisão, foi interposto de ofício, pela 2ª Câmara de Julgamento, o presente Recurso de Revisão.

---

### **DECISÃO**

Superadas as condições de admissibilidade capituladas no art. 163, inciso I e § 2º do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos - RPTA, estabelecido pelo Decreto nº 44.747/08, uma vez que a decisão recorrida, desfavorável à Fazenda Pública Estadual, foi tomada pelo voto de qualidade, é cabível o presente Recurso de Revisão.

Cumprido de início ressaltar que esta decisão trata somente do reexame da matéria, cuja decisão foi contrária à Fazenda Pública Estadual, nos termos do parágrafo único do art. 180 da Lei nº 6.763/75.

Portanto, o que se analisa nesse momento, é a **exclusão da destinatária** das notas fiscais autuadas - Real Comércio de Miudezas Ltda -, do polo passivo do lançamento.

Note-se que a decisão recorrida fundamenta a exclusão, sob o argumento de que, apesar da remetente das mercadorias encontrar-se com sua inscrição estadual de

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

substituto tributário suspensa desde 31/03/17, tal inabilitação somente foi disponibilizada no Sintegra, em 28/01/20.

Todavia, a legislação é clara ao atribuir a responsabilidade pelo recolhimento do ICMS/ST ao destinatário, quando o alienante ou remetente não efetuar o recolhimento e, da mesma forma, quando a mercadoria estiver desacompanhada do comprovante de recolhimento do imposto, nos casos em que a legislação determine que seu vencimento ocorra na data da saída da mercadoria, conforme art. 22, §§ 18, 19 e 20 da Lei nº 6.763/75.

Por sua vez, o art. 46, do anexo XV do RICMS/02 prescreve que o sujeito passivo por substituição tributária situado em outra unidade da Federação e não inscrito no cadastro de contribuintes de Minas Gerais, deverá emitir Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais – GNRE - distinta para cada nota fiscal, condição esta que se aplica também no período em que a inscrição do sujeito passivo encontrar-se suspensa.

Ademais, o art. 15, § 1º do anexo XV do RICMS/02 prevê, também, a responsabilidade pelo recolhimento do ICMS/ST, ao destinatário de mercadoria desacompanhada de comprovante de recolhimento, na hipótese em que o imposto deveria ter sido recolhido por ocasião da saída da mercadoria.

Sendo assim, no caso dos autos, não restam dúvidas de que deveria ocorrer o recolhimento antecipado do ICMS/ST e, desta forma, torna-se patente a total impossibilidade de afastar a responsabilidade da destinatária pelo imposto não recolhido.

Note-se que é obrigação do contribuinte, também, nos termos da legislação tributária vigente, nas operações que realizar, exigir a comprovação de regularidade de inscrição no cadastro de contribuintes do imposto, do remetente das mercadorias.

Portanto, não merece prosperar o argumento de que a informação sobre a suspensão da inscrição estadual da empresa autuada, remetente das mercadorias, ocorreu em janeiro/2020 e somente após essa data é que se poderia atribuir a responsabilidade pelo recolhimento do tributo à destinatária.

Além do mais, a Fiscalização procedeu à intimação do destinatário para comprovação do recolhimento do ICMS/ST, objeto das exigências, ressalvando que, até aquele momento, não existia óbice à utilização da denúncia espontânea, nos termos do art. 207 do RPTA, o que poderia ter sido utilizado pelo destinatário para recolhimento do tributo sem as penalidades ora exigidas.

Por fim, ressalte-se que a ferramenta Cadastro Centralizado de Contribuintes (CCC), disponível no portal <https://dfe-portal.svr.rs.gov.br/nfe/ccc>, já apresentava a data correta da inabilitação da empresa remetente, qual seja, 31/03/17.

## CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Diante do exposto, ACORDA a Câmara Especial do CCMG, em preliminar, à unanimidade, em conhecer do Recurso de Revisão. No mérito, pelo voto de qualidade, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto vencido. Vencidos os Conselheiros Freitrich Augusto Ribeiro Heidenreich (Revisor), André Barros de Moura e Thiago Álvares Feital, que lhes negavam provimento nos termos do acórdão recorrido. Pela Fazenda Pública Estadual, sustentou oralmente o Dr. Bruno Rodrigues de Faria. Participou do julgamento, além dos signatários e dos Conselheiros vencidos, a Conselheira Ivana Maria de Almeida.

**Sala das Sessões, 30 de junho de 2023.**

**Cindy Andrade Moraes**  
**Relatora**

**Geraldo da Silva Datas**  
**Presidente**

P